



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

21ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - GOIÂNIA/GO

PROGRAMA DE ESTÁGIO

DATA DE REALIZAÇÃO: **22/10/2017 (domingo)**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
3. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
4. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
5. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
8. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
9. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
10. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
11. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <http://www.jfgo.jus.br>, Menu “Concursos”, “Estágios”.

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

1. Com relação aos elementos subjetivos do tipo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Age com dolo eventual o agente que prevê possíveis resultados ilícitos decorrentes da sua conduta, mas acredita que, com suas habilidades, será capaz de evitá-los.
- b) () Não age com dolo eventual o agente que prevê o resultado e assume o risco de sua ocorrência, atuando com verdadeiro descaso com o bem jurídico.
- c) () Na culpa consciente, o agente não antevê o resultado que, no entanto, era previsível nas circunstâncias.
- d) () O que difere a culpa consciente do dolo eventual é que, neste, o agente aceita o risco de produzir o resultado.

2. Pedro, visando matar Juliana, coloca veneno em sua comida. Após ela finalizar a refeição, Pedro se arrepende e a leva ao hospital para uma lavagem gástrica, atitude determinante para salvá-la da morte. Nessa situação hipotética, configura-se o instituto penal:

- a) () Do arrependimento posterior, que é causa geral de diminuição de pena.
- b) () Do arrependimento eficaz, respondendo o agente somente pelos atos já praticados.
- c) () Da desistência voluntária, respondendo o agente somente pelos atos já praticados.
- d) () Do arrependimento posterior, que isenta o agente de pena.

3. Em relação às excludentes de ilicitude, assinale a opção CORRETA:

- a) () Não se admite a legítima defesa de terceiros.
- b) () A coação moral irresistível é causa de exclusão da ilicitude.
- c) () Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) () A conduta em estrito cumprimento de dever legal pode ter por agente somente o funcionário público.

4. Acerca da culpabilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () A embriaguez preordenada constitui causa que exclui a imputabilidade.
- b) () É isento de pena o agente que, por embriaguez voluntária completa, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- c) () A embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, quando completa, isenta o réu de pena.
- d) () Emoção e paixão são causas excludentes de culpabilidade.

5. Sobre o concurso de pessoas, assinale a assertiva CORRETA:

- a) () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- b) () No concurso de pessoas, a caracterização da coautoria fica condicionada, dentre outros requisitos, ao prévio ajuste entre os agentes e à necessidade da prática de idêntico ato executivo.
- c) () Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- d) () Se restar comprovado que algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, será absolvido.

6. Constitui abuso de autoridade, EXCETO:

- a) () Levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.
- b) () Deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- c) () Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- d) () Deixar a autoridade policial de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.

7. Com relação ao crime de peculato, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Apesar de se tratar de crime próprio, é possível a participação de agente que não seja funcionário público.
- b) () O crime de peculato é praticado quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, vantagem indevida.
- c) () O funcionário público que dá às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei comete o crime de peculato.
- d) () O peculato culposo é atípico, por ausência de previsão no Código Penal Brasileiro.

8. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () No crime de roubo o bem é retirado da vítima, enquanto que na extorsão ela própria é quem o entrega ao agente.
- b) () O juiz pode reconhecer o furto privilegiado quando for de pequeno valor a coisa furtada e o agente primário.
- c) () O uso de violência ou grave ameaça à pessoa é elementar do tipo de roubo, razão pela qual o emprego de arma não é causa de aumento de pena desse delito.
- d) () A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Aquele que, de qualquer forma, participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé subjetiva, segundo a qual o comportamento humano deve seguir um padrão ético de conduta.
 - II - Decisão proferida contra ou a favor de uma das partes sem que ela tenha sido previamente ouvida viola o princípio do contraditório.
 - III - Decorre do princípio da cooperação o dever de todos os sujeitos do processo agirem em conformidade com a boa-fé para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- a) Todas as alternativas estão incorretas.
 - b) Somente as alternativas I e II estão incorretas.
 - c) Somente as alternativas I e III estão incorretas.
 - d) Somente as alternativas II e III estão incorretas.

10. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Incumbe ao Juiz, a qualquer tempo, promover a autocomposição.
- b) A norma processual nova não tem efeito retroativo.
- c) A norma processual é imediatamente aplicável aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas ainda não consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) Aos processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos poderão ser aplicadas, supletiva e subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil.

11. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz poderá reduzir os prazos peremptórios com a anuência das partes.
- b) O prazo processual regular já transcorrido poderá ser dilatado pelo Juiz.
- c) É permitido à parte renunciar de forma expressa ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- d) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

12. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- b) () O juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo nos casos de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) () A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- d) () Para a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada é irrelevante a existência de risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

13. Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Segundo o novo Código de Processo Civil o Estado, sempre que possível, promoverá a solução consensual dos conflitos, sendo permitida a arbitragem, na forma da lei.
 - II - A solução consensual do conflito por meio de mediação será admitida no curso do processo judicial.
 - III - O princípio da solução integral do mérito atribuí ao juiz a incumbência de determinar o saneamento de vícios verificados no processo.
- a) () Todas as alternativas estão corretas.
 - b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
 - d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

14. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:

- I - A data da publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça.
- II - A data constante do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio.
- III - A dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.

Acerca das afirmações acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- c) () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- d) () Somente as alternativas II e III estão corretas.

15. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação deverá ser protocolada no foro de domicílio do réu.
- b) () Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação não será considerado preventivo.
- c) () Reconhecida a incompetência absoluta, serão considerados nulos de imediato os atos decisórios já praticados.
- d) () Há conflito de competência quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

16. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) () A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função, é derogável por convenção das partes.
- b) () É vedado ao Ministério Público alegar incompetência relativa nas causas em que atuar.
- c) () O juiz decidirá de imediato a alegação de incompetência, sendo dispensada a manifestação da parte contrária.
- d) () Nos termos da Lei n. 6.830/80 a competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo.

17. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras, em qualquer caso, as não impugnadas.
- b) () Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- c) () A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- d) () O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. A Constituição Federal de 1988 quanto à origem e ao processo de mudança, respectivamente, pode ser classificada como:

- a) () Promulgada e rígida.
- b) () Promulgada e semirígida.
- c) () Outorgada e rígida.
- d) () Outorgada e semirígida.

19. A medida provisória pode dispor acerca de matéria de:

- a) () Estruturação de partidos políticos.
- b) () Organização do Poder Judiciário.
- c) () Natureza processual.
- d) () Majoração de tributos.

20. Em relação ao mandado de segurança coletivo, é CORRETO asseverar que:

- a) () A sua impetração induz litispendência para as ações individuais.
- b) () O prazo fixado na lei para sua impetração é de 130 dias.
- c) () Pode ser impetrado, dentre outros, por partido político com representação no Congresso Nacional e Organização Sindical.
- d) () Os representantes ou órgãos de partidos políticos para efeito do *writ* não se equiparam a autoridade coatora.

21. Dentre os "remédios constitucionais" é CORRETO afirmar que:

- a) () Habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for a autoridade pública.
- b) () A ação popular pode ser impetrada por pessoa jurídica.
- c) () Mandado de segurança é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- d) () Habeas corpus é concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

22. Acerca dos direitos e garantias fundamentais inscritos na Constituição de 1988, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- b) () O direito constitucional de inviolabilidade do domicílio aplica-se apenas a imóveis residenciais.
- c) () É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) () É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

23. Relativamente ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) () É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) () As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) () Em decorrência do princípio da reserva legal tributária, é vedada a instituição ou majoração de tributos por medida provisória.
- d) () Somente a União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir impostos, taxas e contribuição de melhoria.

24. Assinale a alternativa que apresenta SOMENTE órgãos do Poder Judiciário.

- a) () Conselho Nacional do Ministério Público e Supremo Tribunal Federal.
- b) () Conselho Nacional de Justiça e Tribunais e Juízes Militares.
- c) () Tribunais de Contas dos Estados e Tribunais e Juízes do Trabalho.
- d) () Tribunais de Arbitragem e Ministério Público dos Estados.

25. São funções institucionais do Ministério Público previstas na Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- a) () Consultoria e o assessoramento jurídico do Poder Executivo, por ser compatível com sua finalidade.
- b) () Zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Brasileira, promovendo medidas necessárias a sua garantia.
- c) () Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d) () Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. Assinale a alternativa abaixo que indica o atributo do ato administrativo que permite ao Estado, no exercício da função administrativa, compelir terceiros a cumprir as obrigações que a eles já tenham sido impostas pela Administração:

- a) () Discricionariedade.
- b) () Auto-executoriedade.
- c) () Tipicidade.
- d) () Exigibilidade.

27. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Os atos administrativos complexos dependem da manifestação de vontade de um único órgão.
- b) () Os efeitos da revogação do ato administrativo retroagem à data da sua produção.
- c) () Ato administrativo perfeito é aquele praticado de acordo com as normas de regência.
- d) () Presunção de legitimidade é o atributo que permite que o ato administrativo seja reputado em conformidade com a lei e com os princípios que regem a Administração Pública e o Direito Administrativo.

28. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Os cargos públicos efetivos são criados por lei e providos mediante concurso público.
 - II - Os cargos em comissão são de livre provimento e exoneração.
 - III - As funções de confiança somente podem ser exercidas por servidor detentor de cargo público efetivo.
 - IV - É estatutário o vínculo jurídico existente entre o Estado e o servidor que exerce cargo público efetivo.
- a) () Todas as alternativas estão corretas.
 - b) () Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - c) () Somente as alternativas I e IV estão corretas.
 - d) () Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.

29. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () A competência decorre de lei e indica qual é a autoridade que pode produzir determinado ato administrativo.
- b) () A competência não pode ser objeto de avocação.
- c) () O ato que delega certa competência não a retira da autoridade delegante.
- d) () A autoridade delegada poderá revogar os atos praticados no exercício da delegação, desde que o ato de delegação ainda não tenha sido revogado.

30. A respeito da responsabilidade objetiva do Estado, analise os itens abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) () Demonstrar a existência de nexo de causalidade entre a lesão moral ou material e a conduta omissiva ou comissiva de agente público é condição indispensável à responsabilização do Estado.
- b) () A responsabilidade restringe-se aos prejuízos causados pelos agentes públicos no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.
- c) () A culpa exclusiva da vítima não é causa excludente da responsabilidade do Estado.
- d) () A demonstração da existência do elemento subjetivo dolo é condição dispensável para a responsabilização da pessoa jurídica que presta serviço público.

31. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () Nos termos da Lei nº 9.784/99, somente os titulares de direitos que forem partes no processo poderão interpor recurso administrativo.
- b) () Impedir a fluência do prazo prescricional é uma consequência imediata do recurso administrativo com efeito suspensivo.
- c) () O prazo para a interposição de recurso administrativo, salvo disposição de lei específica estabelecendo prazo diverso, é de 10 dias contado da data da ciência ou da publicação oficial da decisão recorrida.
- d) () O recurso administrativo será dirigido à autoridade administrativa que proferiu a decisão.

32. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () O processo administrativo disciplinar, em sentido amplo, é instrumento para a apuração de infrações administrativas praticadas por servidores públicos.
- b) () A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição Federal.
- c) () Na sindicância investigativa, em que o processo tem por finalidade a apuração de indícios de irregularidade levada ao conhecimento da Administração de forma genérica e sem prévia indicação de autoria, há a obrigação de se observar o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- d) () O princípio da oficialidade autoriza que a Administração determine, independentemente de provocação, a produção de provas necessárias à correta instrução do processo administrativo disciplinar.

33. Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () O controle externo compreende o controle parlamentar direto, o controle exercido pelo Tribunal de Contas e o controle judicial.
- b) () A Administração exerce o controle interno de legalidade e de mérito de seus próprios atos, podendo revogá-los quando contrários à lei ou anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.
- c) () O controle hierárquico envolve o controle de legalidade, bem como de conveniência e oportunidade dos atos administrativos.
- d) () O controle hierárquico resulta do escalonamento vertical dos órgãos da Administração Pública, em que os inferiores estão subordinados aos superiores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

34. Acerca dos princípios processuais penais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () As prisões provisórias violam o princípio da presunção de inocência, razão pela qual não são admitidas no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) () A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos.
- c) () No Processo Penal, diferentemente do que ocorre no Processo Civil, vigora o princípio da busca pela verdade real ou material, não da verdade formal.
- d) () O princípio da insignificância funciona como causa de diminuição de pena.

35. A respeito de jurisdição e competência, assinale a opção CORRETA:

- a) () A justiça federal deverá julgar os casos de contravenção praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União.
- b) () A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- c) () O foro por prerrogativa de função prevalece sobre a competência constitucional do Tribunal do Júri, ainda que previsto exclusivamente pela Constituição Estadual.
- d) () Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será firmada pelo domicílio da vítima.

36. Com relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Os autos de inquérito policial em que se apuram crimes de ação penal pública poderão ser arquivados pela autoridade policial, em virtude de requisição do Secretário de Segurança Pública.
- b) () É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, inclusive interceptações telefônicas em curso e não documentadas no bojo dos autos da investigação.
- c) () O Inquérito Policial é peça indispensável à propositura da ação penal, tendo em vista que se destina a apurar a autoria e materialidade do crime.
- d) () Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas diligências, se de outras provas tiver notícia.

37. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () A prisão preventiva não poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- b) () Não há crime quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- c) () Após o recebimento da denúncia ou queixa, não poderá ser decretada nem mantida a prisão temporária.
- d) () A prisão temporária para os crimes hediondos e equiparados, em função da gravidade objetiva dessas infrações penais, é de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

38. Sobre o tema prova, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- I - São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não seja evidenciado o nexo de causalidade entre uma e outra, ou que as derivadas poderiam ter sido obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- II - O juiz, ao reconhecer a ilicitude de prova constante dos autos, declarará nulo o processo e ordenará o desentranhamento da prova viciada.
- III - É prova ilícita a Interceptação telefônica realizada sem ordem judicial, por violar o art. 5º, XII da Constituição Federal.
- IV - A gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro, quando ausente causa legal de sigilo ou de reserva da conversação, não é considerada prova ilícita.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência CORRETA.

- a) () F, V, V, F
- b) () V, F, V, F
- c) () F, F, V, V
- d) () F, V, V, V

39. Com relação à sentença no processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () O juiz, ao proferir a sentença penal condenatória, decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta.
- b) () O juiz pode dar nova classificação jurídica ao fato definido na denúncia ao prolatar a sentença (*emendatio libelli*), desde que mediante o prévio aditamento da denúncia e abertura de prazo para a defesa se manifestar.
- c) () Ocorre a *mutatio libelli* quando o juiz, sem modificar a descrição contida na denúncia ou na queixa, atribuir-lhe definição jurídica diversa.
- d) () Em virtude do princípio da congruência ou da correlação, caso o Ministério Público tenha requerido a absolvição do réu em ação penal pública, é vedado ao juiz proferir sentença penal condenatória.

40. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.
- b) () Caso o acusado esteja no estrangeiro, sabendo-se seu endereço, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até seu cumprimento.
- c) () É inadmissível no processo penal a citação por hora certa.
- d) () Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

41. Acerca da ação penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Salvo disposição expressa em contrário, o direito de queixa ou de representação do ofendido decai no prazo de seis meses, contado do dia em que tiver ocorrido o crime.
- b) () A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- c) () A ação penal pública condicionada à representação da vítima inicia-se mediante o recebimento da queixa pelo juiz competente.
- d) () O Ministério Público poderá desistir da ação penal, hipótese em que caberá ação privada.

42. Considerando as disposições legais sobre o habeas corpus, assinale a assertiva CORRETA:

- a) () Não será concedido a pessoa estrangeira em passagem pelo Brasil.
- b) () É possível a utilização de habeas corpus para questionar a condenação do acusado ao pagamento de multa, mesmo que não tenha sido imposta pena privativa de liberdade.
- c) () O habeas corpus somente deve ser impetrado por advogado, pois se trata de processo judicial.
- d) () O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Juizados Especiais Federais:

- I - Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na legislação competente.
- II - Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 10 (dez) dias antes da audiência, com intimação das partes.
- III - Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, em regra, o pagamento será efetuado no prazo de noventa dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa mediante precatório previamente expedido.
- IV - As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.

44. Um dos objetivos dos Juizados Especiais Federais é propiciar a fluência do processo, com rapidez e presteza, sem, contudo, causar prejuízos em relação à segurança jurídica. Tal objetivo diz respeito ao princípio:

- a) Da oralidade.
- b) Do contraditório.
- c) Da legalidade.
- d) Da celeridade.

45. De acordo com as disposições da Lei nº 10.259/2001, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às assertivas abaixo e assinale a alternativa com a sequência CORRETA:

- I - O valor de alçada dos Juizados Especiais Federais Cíveis é estipulado com base em quantidade de salários mínimos.
- II - A pessoa incapaz, mesmo que devidamente representada, não pode figurar como parte no processo.
- III - É prevista a atuação de conciliadores, que serão remunerados pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- IV - Quando exigirem as circunstâncias poderá o juiz determinar o funcionamento de Juizado Especial em caráter itinerante.

- a) V, F, F e V.
- b) V, V, F e V.
- c) F, F, V e F.
- d) F, V, F e V.

46. Inclui-se na competência dos Juizados Especiais Cíveis Federais:

- a) Ação de desapropriação.
- b) Execuções fiscais.
- c) Ação de anulação de lançamento fiscal.
- d) Ações de mandado de segurança.

47. Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como ré (s), EXCETO:

- a) Empresas Públicas Federais.
- b) Sociedades de Economia Mista.
- c) União.
- d) Autarquias.

48. A respeito dos Juizados Especiais Federais considere as assertivas abaixo e assinale V (verdadeiro) e F (falso) e escolha a alternativa com a sequência CORRETA:

- I - Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive interposição de recursos.
- II - As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, quer seja advogado ou não.
- III - A intimação da sentença proferida em audiência em que o representante da parte não estiver presente será feita diretamente à parte por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).
- IV - Considerando que defendem direitos indisponíveis, os representantes da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais não estão autorizados a conciliar, transigir ou desistir.

- a) V, F, F e V
- b) F, F, V e V
- c) V, V, V e F
- d) F, V, V e F

49. Com relação ao Juizado Especial Federal, é CORRETO afirmar:

- a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 50 (cinquenta) salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- b) Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível as causas para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial Federal Cível, a soma de 36 (trinta e seis) parcelas não poderá exceder o valor legal máximo pré-estabelecido.
- d) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, exceto para a interposição de recursos.

50. A Lei nº 10.259/2001 veda, expressamente:

- a) () A formulação de pedido genérico, oral ou alternativo.
- b) () A formação de litisconsórcio.
- c) () O fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo a impedir a inobservância do regime de pagamento estabelecido no art. 100 da CF/88.
- d) () Denúnciação à lide.

FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS

